

Alves pode ler só o texto do Orçamento

6-12-89

BRASÍLIA — O Deputado João Alves (PFL-BA) poderá arcar sozinho com a tarefa de ler mais de mil emendas por dia e preparar o texto final do Orçamento Geral da União de 1992. Por sugestão do Deputado Messias Góis (PFL-PE), a idéia de se criar subcomissões com relatores específicos para cada um dos itens do Orçamento — contida no projeto de estruturação da Comissão Mista de Orçamento, de autoria do Senador Almir Gabriel (PSDB-PA) — somente valerá para os trabalhos da Comissão no ano que vem. Assim, se a proposta de Góis for aprovada, caberá unicamente a Alves ler mais de 73 mil emendas ao Orçamento, sem dividir com ninguém o poder de decidir quais devem ser acatadas.

— Nós vamos deixar que aconteça esta safadeza de deixar tudo na mão do João Alves? — perguntou o Deputado Luís Girão (PDT-CE) a Sérgio Machado (PSDB-CE).

— Não, não pode. Nós vamos ter as subcomissões — assegurou Machado.

A decisão deverá ser tomada em sessão da Comissão hoje.

— Não pode um homem só ter a incumbência de ler 73 mil emendas em 73 dias (prazo final para entrega do projeto de Orçamento) — argumenta Machado.

Quando sugeriram no projeto encampado por Almir Gabriel a criação das subcomissões, os assessores da Comissão pensavam justamente no tamanho do esforço de uma só pessoa se responsabilizar pela análise de um número tão grande de emendas, cada uma com interesses e justificativas específicos. Assim, Gabriel sugeriu a criação de 65 subcomissões, com relator a ser escolhido entre os 120 membros da Comissão Mista, para cuidar especificamente das emendas a



Alves: leitura de 73 mil emendas

cada item do Orçamento: educação, saúde, ação social etc. Alves trabalharia a partir dos pareceres de cada um desses sub-relatores.

— A idéia é dividir esforços para realizar um trabalho mais criterioso e profundo — disse Gabriel.

Mas como a discussão do Orçamento começou e a proposta de estruturação da Comissão do Senador tucano ainda não foi votada, Góis entende que tais regras não devem valer para o processo de discussão do Orçamento Geral da União de 1992. Este ano, entende o Deputado, Alves deve preparar seu relatório sozinho, submetê-lo ao plenário da Comissão Mista e em seguida ao plenário do Congresso, mantendo o mesmo processo utilizado nos anos anteriores.

Alheio à discussão, Alves culpa o Presidente da Comissão, Senador Ronaldo Aragão (PMDB-RO), que deveria ter indicado ao plenário da Comissão nomes para as sub-relatorias.